

ATA Nº 1794 Fls 01
SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da quadragésima segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Antonio Olinto, realizada às dezenove horas do dia 26 de fevereiro de dois mil e dezoito. Primeiro Período Legislativo. Primeiro Semestre. Legislatura 2017/2020. Décima quarta Legislatura.

Presidente: ANIBELI CORDEIRO

Secretário: TANIA MARA MACHIAVELLI

Cumprimentando os Vereadores e o público presente, o Presidente declarou aberta a quadragésima segunda Sessão Ordinária da Legislatura 2017/2020. Justificada a ausência do Vereador Rinaldo Antonio Pelegrino, conforme assinatura no livro de presenças. Iniciando, o Presidente solicitou à Secretária que fizesse a leitura da Ata nº 1793. Aprovado requerimento formulado pelo Vereador Wilson Napoleão Guenze solicitando a dispensa da leitura da Ata. Em seguida o Presidente pronunciou: Senhores Vereadores, está em discussão a Ata nº 1793. Não houve manifestação contrárias. Diante disso, o Presidente proferiu: Senhores Vereadores, está em votação a Ata nº 1793, não havendo manifestações contrárias a **ATA 1793 FOI APROVADA.**

Nos Expedientes do dia constou-se:

Ofício 026/2018 de autoria do Poder Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei 125/2018 que; **CONCEDE ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO OLINTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Ofício 035/2018 da 12ª Zona Eleitoral de São Mateus do Sul, agradecendo a colaboração na revisão do eleitorado e cadastro dos dados biométricos;

Convite do Banco SICOOB para Assembleia Geral.

Ordem do Dia:

Votação da Emenda Modificativa 01/2018 ao Projeto de Lei 123/2018 de autoria do poder Executivo que **“ALTERA A CARGA HORÁRIA E MODIFICA VENCIMENTOS DOS CARGOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.** O Presidente solicitou a Secretária que realizasse a leitura da Emenda Modificativa.

Após a leitura colocou a Emenda em Discussão.

VEREADOR JURANDIR FERREIRA ALVES: cumprimentou os Vereadores e o público presente. Em seguida questionou sobre o cargo de controlador interno, haja vista que no Projeto de Lei não ficou bem clara a redação, quando refere-se a criação do referido cargo, pois, o cargo já existe no quadro de Cargos do Município e é exigência que seja um cargo efetivo.

VEREADOR ANIBELI CORDEIRO: Informou que esse Projeto de Lei está sendo votado para regularizar a forma de remuneração do controlador, e que o cargo já existe. Inclusive o atual controlador interno está se aposentando e será substituído, o próximo que assumir já estará enquadrado e amparado pela nova Lei. E que não será aumento de valor, será pago o que é justo, pois, o Controlador Interno responde pelos atos assinado.

VEREADOR JURANDIR FERREIRA ALVES: Agradeceu o Vereador Anibeli e enfatizou que era essa sua dúvida, pois, já como é de conhecimento de todos, o Tribunal de Contas do Estado exige que o cargo de Controlador Interno seja ocupado por servidor efetivo e não comissionado. Questionou ainda, sobre o valor pago ao Controlador Interno e se está previsto no orçamento do Município, e caso a alteração do valor não comprometeria às finanças do Município.

Após discussão o Presidente colocou a Emenda em votação, pronunciando: Está em votação a Emenda Modificativa 01/2018 ao Projeto de Lei 123/2018, quem for a favor permaneça sentado e quem for contrário que se manifeste. Não havendo manifestações contrárias a Emenda Modificativa 01/2018 foi aprovada por unanimidade.

Primeira Votação do Projeto de Lei 123/2018 de autoria do poder Executivo que **“ALTERA A CARGA HORÁRIA E MODIFICA VENCIMENTOS DOS CARGOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.** O Presidente solicitou a Secretária que realizasse a leitura do Projeto de Lei.

ATA Nº 1794 Fls 02
SESSÃO ORDINÁRIA

Após a leitura colocou o Projeto de Lei em Discussão.

VEREADOR JURANDIR FERREIRA ALVES: Enfatizou a importância do Projeto e que a carga horária necessitava da adequação, pois, os valores que estavam sendo pagos estavam defasados inviabilizando os profissionais de exercerem os cargos com qualidade. Enfatizou ainda, a importância do cargo de assessor jurídico, assim como os demais cargos, e que com a adequação dos valores será possível prestar um trabalho com melhores condições. Lamentou que, o Projeto foi elaborado de forma casada, incluindo todos os cargos. Afirmou que é favorável a redução da carga horária do Assessor Jurídico, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil e da adequação da remuneração do Assistente Social, mas, quanto a alteração da remuneração do Controlador Interno é totalmente contra, pois, o valor que será pago a mais vai pesar nas contas do Município. Lamentou que não poderá votar contra o Projeto, pois, estaria prejudicando os demais cargos e caso o Projeto estivesse separado, seria contra a alteração da remuneração do Controle Interno. Para concluir afirmou que é favorável ao Projeto por motivo dos outros cargos.

Após discussão, o Presidente colocou o Projeto em votação, pronunciando: Está em primeira votação o Projeto de Lei 123/2018, quem for a favor permaneça sentado e quem for contrário que se manifeste. Não havendo manifestações contrárias o Projeto de Lei 123/2018, foi aprovado por unanimidade em primeira votação.

Votação da Emenda Aditiva 01/2018 ao Projeto de Lei 124/2018 de autoria do poder Executivo que **“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;** O Presidente solicitou a Secretária que realizasse a leitura da Emenda Modificativa.

Após a leitura colocou a Emenda em Discussão. Não havendo discussão, o Presidente colocou a Emenda em votação, pronunciando: Está em votação a Emenda Modificativa 01/2018 ao Projeto de Lei 123/2018, quem for a favor permaneça sentado e quem for contrário que se manifeste. Não havendo manifestações contrárias a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade.

Primeira votação do Projeto de Lei 124/2018 que, **AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.;** O Presidente solicitou a Secretária que realizasse a leitura do Projeto de Lei.

Após a leitura colocou o Projeto de Lei em Discussão.

Não houve manifestação para discussão, o Presidente colocou o Projeto em votação, pronunciando: Está em primeira votação o Projeto de Lei 124/2018, quem for a favor permaneça sentado e quem for contrário que se manifeste. Não havendo manifestações contrárias o Projeto de Lei 123/2018, foi aprovado por unanimidade em primeira votação

Primeira votação do Projeto de Lei 126/2018 que, **AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANTONIO OLINTO A ASSOCIAR-SE À UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME-PR;** O Presidente solicitou a Secretária que realizasse a leitura do Projeto de Lei.

Após a leitura colocou o Projeto de Lei em Discussão.

Não havendo manifestação para discussão, o Presidente colocou o Projeto em votação, pronunciando: Está em primeira votação o Projeto de Lei 126/2018, quem for a favor permaneça sentado e quem for contrário que se manifeste. Não havendo manifestações contrárias o Projeto de Lei 126/2018, foi aprovado por unanimidade em primeira votação.

Não havendo mais matérias para Deliberação na Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra aos Vereadores, iniciando pelo Vereador Jurandir Ferreira Alves.

ATA Nº 1794 Fls 03
SESSÃO ORDINÁRIA

VEREADOR JURANDIR FERREIRA ALVES: Cumprimentou os nobres Vereadores e o público presente. Em seguida fez um breve comentário sobre o Projeto da iluminação pública, principalmente quanto a tarifa de iluminação da área rural que vem sendo cobrada pelo Município e sobre o Projeto de Lei que prevê a isenção da cobrança para os moradores da zona rural. Enfatizou que, a cobrança por parte da população é muito grande, e que pesquisou para saber o que é Direito ou não, e que duas pessoas consultadas afirmaram que não se pode cobrar por um produto que não está sendo entregue. Como não existe iluminação pública no interior, a cobrança olhando por esse lado passa a ser indevida. Lembrou que a justificativa para ser aprovada a Lei que, pessoas que vem para a cidade passam a utilizar o serviço, mas, segundo ele, a justificativa não é plausível, pois, nem todos vem para a cidade no período noturno. Sugeriu que seja estudado a possibilidade de elaborar um Projeto de Lei que, cada cidadão possa escolher o serviço e pagar por ele, ficaria a critério de cada usuário, pois, a maioria dos usuários não reclamou do valor, mas, sim que não possui o serviço. Comentou ainda, das cobranças injustas que vem sofrendo por parte da população, pois, muitas tem dificuldade de entender o processo e acabam cobrando de forma indevida dos Vereadores. Citou exemplo dos comentários da entrega de material escolar e do comparativo feito com a cobrança da tarifa de iluminação pública. Sugeriu ainda, que os Vereadores deveriam se reunir e juntos debaterem uma solução para esse problema que vem provocando desgastes nos Vereadores, Prefeitos e Secretários. Finalizando agradeceu a presença dos visitantes desejando Boa noite a todos.

VEREADOR JOÃO ISSACARD BORBA: Agradeceu a presença dos visitantes e desejou uma Boa noite a todos.

VEREADOR MARINALDO SCHIMIDT LEMES: Agradeceu a presença dos visitantes e desejou uma Boa noite a todos.

VEREADOR CESAR RONALDO WOLOCHEN DE CAMARGO: Agradeceu o Prefeito Municipal Fábio S. Machiavelli por atender parcialmente sua Indicação realizada no ano 2017. Lembrou que, na ocasião solicitou melhoria na estrada que liga Linha Munhoz até a Linha São João, através de patrolamento, empedramento, alargamento e a construção de uma ponte, no local havia um bueiro que estava em péssimo estado de conservação. Afirmou que, acompanhou as obras e pode observar que o bueiro estava em condições precárias ao ponto que o material retirado não pode ser utilizados para outra finalidade. Comentou ainda, que estará aguardado a conclusão das obras do local. Finalizou agradecendo a presença dos visitantes e desejando uma Boa noite a todos.

VEREADOR ANIBELI CORDEIRO: Relatou que esteve presente na obra, foi num dia chuvoso e por esse motivo a conclusão dos trabalhos na estrada ficou para ser realizada em outro dia.

VEREADOR JOSE CLEOMAR MACHIAVELLI: Comentou sobre o Projeto da Iluminação pública, salientou que é um Projeto polêmico, que na ocasião votou favorável à cobrança. Informou que a referida isenção é Lei do ano 2003 da época em que foi Prefeito, na ocasião cobrava-se da cidade e isentava na zona rural. Comentou ainda, que recentemente foi aprovado o Projeto de Lei o qual revogava a isenção da cobrança, pois, o Tribunal de Contas vinha cobrando do Município, pois não pode deixar de arrecadar caracterizando renúncia de receita. Informou que, o custo de cada lâmpada instalada fica em torno de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e que o Município precisa ter recursos financeiros para essas melhorias. Comentou que deu entrada o Projeto de Lei revogando a cobrança da tarifa de iluminação pública da área rural, que votará favorável a isenção e tudo voltará como era antes. Concluiu agradecendo a presença de todos e desejando Boa noite.

VEREADOR WILSON NAPOLEÃO GUENZE: Enfatizou que, é favorável a revogação da Lei que permite a cobrança da iluminação pública na área rural. Justificou que votou favorável à aprovação, mas, devido a muitos questionamentos quanto a legalidade da cobrança, acha mais viável a isenção para evitar maiores problemas. Para concluir agradeceu a presença dos visitantes e desejou uma Boa noite a todos.

VEREADORA TANIA MARA MACHIAVELLI: Justificou que os Vereadores não aprovam Projetos que não estejam amparados por Leis. Comentou que, o Tribunal de Contas estava cobrando a legalização da iluminação pública, por esse motivo foi provado o Projeto, alegou que a cobrança

ATA Nº 1794 Fls 04
SESSÃO ORDINÁRIA

da tarifa de iluminação pública área rural foi um equívoco e que será analisado e a Lei será revogada. Explicou que, há localidades que possuem iluminação pública e outras não, e a cobrança deve ser geral, não é permitido cobrar só da localidade que possui o serviço. Demonstrou sua indignação com pessoas que usam fake no facebook para falar mal do Prefeito e da Administração, dos Vereadores e convidou o responsável para conhecer a realidade do Município antes de criticar o trabalho dos gestores. Enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Prefeito Municipal, principalmente na aquisição dos kits escolares, ressaltando a importância de promover a igualdade entre os alunos. Informou que, São Mateus vai aderir o Projeto e que iniciará no segundo semestre, e que são poucos os Municípios que possuem o Projeto de distribuição de uniformes escolares. Reafirmou que o Projeto da iluminação foi um equívoco e que será revisto e possivelmente será isentada a cobrança da área rural. Se despediu agradecendo a presença dos visitantes, convidando para virem mais vezes participar das reuniões.

VEREADOR JURANDIR FERREIRA ALVES (APARTE) Parabenizou o Prefeito Fábio pela entrega dos uniformes escolares, ressaltou a importância da igualdade, pois, muitas famílias não tem condições financeiras para adquirir. Enfatizou ainda, que é Vereador de oposição, mas, sabe a hora de elogiar e a hora de fazer críticas, e acredita que críticas construtivas ajudam a melhorar a qualidade dos serviços ofertados. Lamentou a forma que as redes sociais estão sendo utilizadas, pois muitos usuários utilizam as redes sociais para fazer críticas maldosas, envolvendo e denegrindo serviços que estão dando certo. Agradeceu em nome dos moradores de sua Comunidade os uniformes e kits escolares recebidos da Prefeitura Municipal. Comentou a importância de utilizar as redes sociais de forma correta e a importância dos Municípios virem até a Câmara acompanhar os trabalhos desenvolvidos por essa Casa de Leis.

VEREADOR ANIBELI CORDEIRO: Agradeceu a presença de todos. Fez um breve comentário sobre a isenção da contribuição da iluminação pública. Informou que no ano 2010 a COPEL passou a situação da iluminação pública aos 399 Municípios do Estado. O Governador simplesmente repassou os Prefeitos assinaram e engavetaram. Lamentou que hoje estão discutindo o mesmo problema que poderia ter sido resolvido na época, pois, é certo que quando há recusa de receita posterior a isso vem o prejuízo. Comentou que, o Município pagou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de multa por estar em déficit e esse valor poderia ser gasto em melhorias para o Município. No momento que o Projeto foi discutido conclui-se que era o melhor para o Município, pois, seria possível investir em iluminação pública. Lamentou que, no dia em que o Projeto foi aprovado tinha apenas uma pessoa na Sessão da Câmara e agora chegou os questionamentos julgando que foram os Vereadores que elaboraram o Projeto de Lei. Informou ainda, que com a Lei aprovada o Município teria um Fundo para melhorias em iluminação, e não precisaria tirar recursos de outras fontes, podendo assim, realizar inúmeras melhorias. Enfatizou que, como a população não quer pagar a contribuição, não será possível realizar investimentos. Afirmou que, errar é humano, e que se o Projeto foi um erro deverá ser revogado. Elogiou a atual Administração e salientou que estão trabalhando com o mínimo de recursos o que torna o trabalho difícil, pois, sobra pouco recurso financeiro para investimentos. Alertou que, não haverá investimento em iluminação pública, pois, se colocar lâmpadas novas a COPEL solicitará o desligamento e irá multar o Município. Lembrou que, na gestão anterior deu entrada um Projeto de Lei visando a regulamentação da questão da iluminação e o mesmo foi rejeitado. Alertou ainda, que a partir do momento que revogar a Lei, o Município ficará em déficit de três mil reais mensal. Justificou a ausência do Vereador Rinaldo Antonio Pelegrino pois, ocorreu uma fatalidade com uma moradora da sua localidade e ele não pode estar presente na Sessão. Informou sobre a Emenda Parlamentar do Senador Roberto Requião destinada para a área da saúde que será investida no Posto de Saúde Central, será efetuada a reforma de uma área de 136 metros e uma ampliação de 50 metros, onde serão construídas sala de medicamentos, sala de consulta, quarto e banheiros para os médicos. Comentou ainda, que essa reivindicação dos médicos já sendo cobrada faz um tempo, e com a Emenda Parlamentar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será possível realizar essas melhorias. Elogiou o

ATA Nº 1794 Fls 05
SESSÃO ORDINÁRIA

trabalho do Prefeito Municipal que está fazendo uma administração para todos, trabalhando a igualdade, destacou a importância da iniciativa do Projeto dos uniformes escolares, pois, foi visível a alegria dos alunos e seus familiares ao receberem os kits escolares.

Não havendo mais matérias para deliberar na Ordem do Dia o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão, marcando a próxima reunião Ordinária para o dia 12 de março de 2018 às 19 horas.